



De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a  
“transpolinização” entre gênero e parentesco em  
décadas recentes da antropologia

Claudia Fonseca  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## Resumo

*Durante as décadas de 70 e 80, houve, no campo da Antropologia, um surgimento de estudos de gênero justamente na época em que os estudos de família e parentesco definham. O quase desaparecimento do tema parentesco foi devido, em parte, ao questionamento político e epistemológico das análises clássicas – um questionamento elaborado por, entre outros, pesquisadores feministas. De forma semelhante, a partir da última década, uma nova e dinâmica onda de pesquisas sobre parentesco (agora, redefinido como uma forma de conexão de grande peso emocional e simbólico) é fruto, em grande medida, do investimento de antropólogos influenciados pela teoria feminista. Historiando esse debate, particularmente nas tradições britânica e norte-americana, proponho, neste artigo, olhar para o vaivém entre os dois campos de pesquisa – gênero e parentesco – para pôr em relevo a extrema criatividade de de atuais pesquisas que desafiam as fronteiras temáticas e disciplinares.*

## Palavras-chave

*Teoria feminista, parentesco, relações de gênero.*

## Abstract

*During the 70s and 80s, studies on gender relations flourished at the same time that interest in kinship waned. The near disappearance of kinship from anthropological forums was basically due to a profound political and epistemological questioning of classical analyses – a questioning inspired, among others, by feminist scholars. In like manner, in the past decade, a new and dynamic wave of research on kinship (redefined now as a particular form of emotionally and symbolically intense connection) is to a large extent fruit of the investment by anthropologists influenced by feminist theory. Tracing the evolution of this debate, particularly in the British and North American traditions, I propose, in this paper, to consider the interaction between these two fields of research – gender and kinship – highlighting the extreme creativity of present-day trends that defy traditional thematic and disciplinary limits.*

## keywords

*Feminist theory, kinship, gender relations.*

Quando fui convidada a falar sobre a influência dos estudos feministas no campo de parentesco, aceitei com prazer. Havia acabado de examinar algumas coletâneas publicadas nos últimos três anos sobre a antropologia do parentesco, e estava encantada com as discussões que surgiam nesse campo. Pensei originalmente em falar sobre todas as novas idéias pipocando nessa linha sobre, por exemplo: a importação de esperma gentílico para inseminação artificial de mulheres judias ortodoxas em Israel (Kahn 2000); a mistura de fluidos corporais na transfusão de sangue entre brancos e negros no Sul dos Estados Unidos (Weston 2001); a relação de parentesco criada pela circulação de armas entre os Nuer (Hutchinson 2000); as relações familiares criadas pela organização de trabalho em indústrias caseiras da Turquia (White 2000); o rastreamento genético usado na Finlândia para determinar quais candidatos a imigração merecem vir morar com parentes (Hautaniemi 2000); o reexame de Lévy-Strauss em que descobrimos como metáforas da bolsa de valores subscrevem princípios canônicos de nossa ciência (McKinnon 2001) etc...

Entretanto, mal tinha começado a me assustar com essa aventura hercúlea quando reavaliei a situação e cheguei (até com certo alívio) à conclusão de que a tarefa que me cabia não era falar de tudo o que se produz sobre “parentesco” hoje – era, antes, falar sobre apenas uma dimensão desse campo: aquela que reflete a influência da teoria feminista. Esse recorte coloca desafios de uma ordem diferente. Para analisar quais as influências feministas, devo definir quem são as antropólogas<sup>1</sup> que podem ser classificadas como feministas. Como fazer isso? Vamos depender da auto-classificação?

ou de outro indicador mais objetivo – a pertença à *Association for Feminist Anthropology*, por exemplo? Tudo o que essas *nativas* produzem cairia na categoria “feminista”? ou só aquele material voltado especificamente para temas feministas? Existe um “grupo” feminista que, tal como um povo tribal, vive isolado, com cultura própria? Haverá uma resposta clara a essas perguntas? Não temos que reconhecer que as pesquisadoras (que tenderíamos a chamar de) feministas fazem parte de um panorama intelectual mais amplo, e que muitas delas se envolvem em debates aparentemente afastados da temática feminista?

Recortar o campo atual de estudos de parentesco é outro problema. Na Antropologia Brasileira, por exemplo, temos ricas discussões sobre noções de parentesco na etnologia indígena (ver Viveiros de Castro 1995) – mas a influência feminista nessa linha de análise não é explícita. Por outro lado, na literatura anglo-saxônica, encontrei uma série de coletâneas publicadas desde o ano 2000, todas sobre *Kinship*, e todas atribuindo a popularidade renovada do tema, depois de vinte anos de declínio, à antropologia feminista. Não importa quantas variantes da história – se, para a fase “queda de inocência”, reconhecem ou não a influência de outros pesquisadores além de David Schneider (Sahlins, Gellner, Needham, etc...), ou se, para os anos de suposto silêncio, mencionam ou não a expansão de novas áreas (corpo, pessoa, gênero, sexualidade...) – existe um consenso quanto à importância da pesquisa feminista para a recente reabilitação do tema do parentesco.

Schneider, ícone desse campo, ratifica o consenso quando, em 1995, declara:

até recentemente, o parentesco tinha deixado de ser um tema de grande popularidade na antropologia. Trabalhos sobre parentesco diminuíram radicalmente em número. [...] Agora [o tema] ressurgiu tal como uma Fênix das cinzas. [Isso] é devido a pessoas como Marilyn Strathern... e o novo trabalho em estudos gay e lésbicos (de Kath Weston e Ellen Lewin, por exemplo) e ao trabalho feminista de pessoas como Sylvia Yanagisako (Schneider, apud Lamphere 2001: 21).

É importante ressaltar que esse “parentesco” ressuscitado tem pouco em comum com a versão clássica do conceito. Como lembram Franklin e McKinnon (2001: 6), não se trata de uma Bela

Adormecida disciplinar, resgatada intacta pelo beijo de um príncipe. Durante os últimos vinte e tantos anos, parentesco sofreu transformações tão radicais que se tornou quase irreconhecível. Depois que Schneider publicou *A Critique of the Study of Kinship* (1984), em que denuncia o etnocentrismo dos próprios modelos de análise antropológica, nenhum analista podia voltar ao uso dos velhos modelos sem um certo arrepio. No entanto, as respostas a esse mal-estar foram várias. A proposta que traz Janet Carsten (2000), em *Cultures of Relatedness* (resultado de uma conferência realizada em 1996 na universidade de Edimburgo sobre “fronteiras e identidades”), é uma das mais citadas atualmente. Para afastar a discussão da oposição analítica preestabelecida entre o biológico e o social em que boa parte dos estudos antropológicos se atolaram, essa autora sugere uma mudança de vocabulário: propõe empregar o termo “conexão” (*relatedness*) “em oposição ou ao lado de ‘parentesco’ para assinalar uma abertura para idiomas indígenas de conexão” (2000: 4).<sup>2</sup> Os demais colaboradores de seu livro trazem exemplos etnográficos de situações contemporâneas na China, no Alasca, em Moçambique e na Inglaterra para entender quais os símbolos – além do sangue, do sêmen e do leite materno – que remetem a “substância compartilhada” (*shared substance*) e que criam o tipo de relação profunda e duradoura normalmente associada à esfera de parentes.

A mais recente das coletâneas, *Relative Values* (McKinnon e Franklin 2001), sendo também a mais assumidamente feminista, será discutida mais adiante. Por enquanto, basta dizer que, tal como Carsten (que é um dos colaboradores da coletânea), o volume contesta visões naturalizantes de parentesco. Propõe, no lugar disso, sublinhar a incerteza que circunda definições sobre relações de parentesco (*kinship relatedness*) e explorar a proliferação de “códigos substanciais” (*substantial codings*) que informam noções contemporâneas de conexão.

Peter Schweitzer (2000), no workshop que organizou em 1996 durante a reunião anual da EASA (*European Association of Social Anthropology*), e Linda Stone (2000), com o grupo que reuniu em 1997 durante a reunião da AAA (*American Anthropological Association*), também se propõem a colaborar na retomada crítica da noção de parentesco – porém, de um ângulo diferente daquele das autoras feministas. Concordam com estas em certos pontos: a crítica ao paradigma clássico (“genealógico”) de parentesco e a

ampliação do enfoque analítico na direção de “construções culturais de conexão”. Contudo, cada um ao seu modo (Schweitzer, de uma perspectiva “instrumentalista” que privilegia os *usos* do parentesco, e Stone, com seu projeto ambicioso de incluir arqueologia, primatologia e antropologia evolucionária na discussão), reafirmam os fundamentos inescapáveis de biologia e procriação. Stone, traçando uma clara distinção entre as suas opiniões e aquelas de pesquisadoras feministas, afirma que “as mulheres universalmente parem filhos, homens e mulheres desempenham papéis diferentes na reprodução, e nesse ‘fato da vida’, é possível realizar comparações transculturais de gênero e parentesco” (2000: 8).

Em suma: nem todos esses volumes recentes sobre parentesco se declaram de inspiração feminista. Mas todos, sem exceção, rendem homenagem à influência estimulante que a antropologia feminista teve na evolução do campo (veja também Peletz 1995 e Collard 2000). Até Linda Stone, que declara ter nítidas divergências em relação ao que chama “a escola antiparentesco” da teoria feminista, concede que “não há dúvida de que o renascimento do parentesco se deve, em grande medida, à antropologia feminista” (2001: 9). Portanto, para definir o meu universo de pesquisa, considero aquele parentesco representado nessa linha anglo-saxônica de estudos e, partindo das quatro coletâneas, trabalho de frente para trás, procurando entender a *quais* feministas atribuiu-se a chamada renovação do campo.

### Meu recorte

Ao passar por esse exercício, examinando as camadas sucessivas de “ancestrais” feministas, fiquei fascinada pelo exclusivismo da linhagem que tinha escolhido como objeto de análise... quero dizer, pela quantidade de feministas interessantes que *não* são citadas. Em primeiro lugar, a linhagem traçada aqui, medida pelas referências bibliográficas, é praticamente toda anglo-saxã. A grande especialista francesa de parentesco, Françoise Héritier, é citada de forma pontual em apenas dois dos 53 capítulos contemplados aqui. Até certo ponto, tal exclusão é compreensível pois o “parentesco” de que fala Héritier, inspirado no estruturalismo de Lévy-strauss, certamente não é o parentesco dos feministas anglo-saxões<sup>3</sup>. Entretanto, até a pioneira antropóloga feminista francesa, Nicole Mathieu<sup>4</sup>, foi mencionada em apenas uma dessas quatro coletâneas. Entre os contribuintes das quatro coletâneas, consta

apenas uma francesa – Martine Segalen, co-organizadora do inesquecível volume *Familles en Europe* (Segalen e Zonabend 1995) – que, de forma significativa, é conhecida na França como socióloga (e não antropóloga).

Existe também, na literatura que consultei, um nítido recorte disciplinar. Sabemos que historiadores (e, em particular historiadoras feministas tais como Michèle Perrot, Joan Scott e Nathalie Davis) deram uma enorme contribuição para a reflexão sobre família e parentesco – e justamente durante as décadas de setenta e oitenta, quando o parentesco tinha caído de moda na Antropologia. Embora haja menções freqüentes do trabalho histórico de Jack Goody nas coletâneas que examinei, curiosamente não aparece nada das historiadoras feministas. E encontrei apenas uma citação da obra de Maynes et al., *Gender, Kinship, Power: an Interdisciplinary and Comparative History*, de 1996, que, não obstante o título, contém artigos interessantíssimos de antropólogos (inclusive brasileiros<sup>5</sup>).

Tampouco aparecem em destaque feministas que – do lado da crítica literária – irromperam recentemente na teoria feminista. É verdade que, em *Relative Values*, Sarah Franklin discute *Gender Trouble* de Judith Butler<sup>6</sup> ao longo de três páginas. Porém, faz isso basicamente para sugerir que a obra de Butler diz em outras palavras (e com ênfase em elementos diversos) o que as antropólogas feministas como Collier e Yanagisako, MacCormack e Strathern, ou Kath Weston, dizem há muito tempo (2001: 309-312). Manifestamente, essas antropólogas feministas, apesar de reiteradas exortações (inspiradas em Schneider) quanto à necessidade de derrubar as fronteiras entre os quatro domínios clássicos (parentesco, religião, economia e política), continuam a procurar as suas balizas teóricas exclusivamente entre colegas da disciplina.

Cabe destacar uma última autora que, apesar de não ter proeminência nos atuais volumes sobre parentesco, teve uma presença constante nos últimos trinta anos de antropologia feminista norte-americana: Rayna Reiter/Rapp. De ideologias americanas sobre família e classe a ideologias biomédicas sobre anomalias hereditárias, essa pesquisadora demonstra não somente um engajamento duradouro na causa feminista, como também uma tremenda capacidade de crescer e mudar com o tempo. Oriunda do Programa de *Women's Studies* na Universidade do Michigan (vide Reiter 1975), ela ressalta a grande influência de Gayle Rubin, assim como do “Grupo Marxista-feminista II”

no início da carreira dela. Mudou-se desde cedo para Nova Iorque, onde, na *New School for Social Research*, formou uma escola própria. Na introdução de uma coletânea recente que organizou junto com Faye Ginsburg (*Conceiving the New World Order: the Global Politics of Reproduction*), Rapp explicita a sua rejeição das “histórias naturais” da mulher e da família, advogando uma análise centrada em “políticas globais” da reprodução (Ginsburg e Rapp 1995)<sup>7</sup>. Reúne um grupo heterogêneo de feministas que inclui – além de antropólogas – cientistas políticos, historiadoras, sociólogas; une pesquisadoras americanas e britânicas a outras oriundas de países “periféricos” (Noruega, Índia, Nigéria, Brasil<sup>8</sup>...). Certamente, a sua “escola” tem muitos pontos em comum com aquela das antropólogas feministas especializadas em parentesco. No entanto, ela não é sistematicamente incluída, hoje, entre as referências dos livros sobre parentesco. E, ainda mais, as autoras incluídas em *Conceiving the New World Order*, com exceção de Strathern e Franklin, não tomam David Schneider como interlocutor relevante. Afinal, ao discutirem no espaço de um artigo problemas como aborto na Romênia de Ceaucescu, mortalidade materna no Egito, políticas de contracepção no Brasil ou estupro na Índia, talvez as colaboradoras desse volume não considerem debates teóricos sobre o conceito de parentesco de interesse prioritário.

Ao levar em consideração as suas limitações, o nosso objeto de análise (uma determinada escola anglo-saxônica de estudos de parentesco) acaba ficando tão dilapidado que podemos perguntar qual o seu interesse. Além do mais, na Antropologia brasileira, acostumamo-nos a incluir nas nossas análises um leque bem mais amplo de pensadores. O NIGS em Santa Catarina, sob a direção de Miriam Grossi, tem uma abertura privilegiada não somente para a antropologia francesa de F. Héritier, mas também para as historiadoras feministas tais como Scott e Perrot (ver, por exemplo, Pedro e Grossi 1998). Por outro lado, o Centro Pagu/UNICAMP (sob a coordenação de Adriana Piscitelli), além de ter trazido Marilyn Strathern pessoalmente para um contato com antropólogos brasileiros, mantém uma rica interlocução com autoras que mesclam psicanálise e crítica literária – Butler, Lauretis... (ver Almeida et al. 2003).<sup>9</sup> Entretanto, creio que, entre as várias discussões que existem no campo da teoria feminista, a minha ênfase nesse artigo recai sobre uma área que tem recebido relativamente pouca atenção na antropologia brasileira – e, nesse sentido, traz certa contribuição ao debate.

Mesmo depois de tanto podar o meu objeto, meu empreendimento ainda parece pretensioso. Como ousar resumir trinta anos da história da antropologia em alguns parágrafos? Não

é só o pouco espaço que me atrapalha aqui. Não domino todos os elementos do campo clássico de parentesco – aqueles que constituem as linhas mestras das coletâneas clássicas sobre parentesco (ver, entre outros, Goody 1973) e que, em grande medida, constituíram os temas principais da primeira grande conferência de Wenner-Gren sobre feminismo e parentesco em 1982. Confesso que venho para esse campo “do lado de fora” – isto é, acompanho a migração de uma geração mais recente de pesquisadores que começou com “a mulher”, reivindicou a politização do espaço doméstico e do tempo cotidiano (sítios por excelência de fenômenos classificados como “familiares”) e, por último, abraçou o desconstrutivismo que praticamente acabou com os tradicionais temas de mulher, família e parentesco. O meu consolo é o de que essa perspectiva é a que domina as quatro recentes coletâneas que analisei. Certo: os clássicos ainda são citados, em geral na introdução do livro ou em artigos explicitamente voltados para o “resgate” desses estudos. Contudo, entre os estudos etnográficos recentes, até aqueles sobre sociedades ditas tribais, os problemas teóricos que tanto preocuparam antropólogos de Rivers e Radcliffe-Brown a Leach e Lévy-Strauss não parecem de grande relevância. Parentesco, na linha de análise ressaltada aqui, se inscreve firmemente no mundo contemporâneo – onde a sede de discutir grupos de descendência e casamentos preferenciais cedeu definitivamente o lugar a outras questões.

### Antes da queda

É surpreendente como se encontra, em quase todos os livros saindo atualmente sobre a antropologia da família e do parentesco, uma mesma narrativa sobre essa área de estudos. Começa-se com a centralidade histórica do parentesco para a disciplina como um todo. Cita-se Fox, que em 1966 ainda ousava dizer: “O parentesco é para a Antropologia o que a lógica é para a Filosofia ou o nu para a Arte: é a disciplina básica de uma área de estudos” (1986: 11). Mas como reza o ditado: quanto maior o salto, maior o tombo. Nas duas décadas subseqüentes, praticamente todas as bases dessa mola mestra da Antropologia iram ruir.

Em 2000, Carsten, escreve no prefácio *Cultures of Relatedness* que faz quase trinta anos que não sai uma “obra coletiva de peso sobre parentesco”. Toma como última grande manifestação desse campo a obra organizada em 1973 por Jack Goody, *Character of Kinship*. Examinemos esse livro – escrito no período logo “antes da

queda” – mais de perto. O livro reflete claramente o prestígio de que o parentesco ainda gozava na época. Entre os autores que contribuíram com artigos, constam os grandes nomes da disciplina: além de Goody, Edmund Leach, Fredrik Barth, Maurice Bloch, Stanley Tambiah, J.A Barnes, Julian Pitt-Rivers, Raymond Smith e Andrew Strathern... a maioria deles britânicos, trabalhando na tradição de Meyers Fortes. Entre esses gigantes, há apenas duas mulheres – uma delas, escrevendo sobre um tema apropriadamente feminino: “Fúrias, bruxas e mães” (“*Furies, Witches and Mothers*”) (Harris 1973). Intelizmente, não ficamos a saber muita coisa sobre essas mulheres, nem mesmo sobre os outros colaboradores, porque a coletânea segue o estilo de uma ciência neutra, descartando a necessidade de qualquer informação biográfica sobre os autores. A ilustração da capa, uma escultura de Henry Moore que mostra um homem, uma mulher e duas crianças em atitudes de convívio familiar, completa o tom de peso e universalidade impessoal do projeto editorial. As figuras abstratas, esculpidas em pedra, não têm cor, nem roupa, nem rosto. No entanto, pelos tamanhos e atitudes corporais, o observador identifica não somente os integrantes, mas também o tom afetivo e moral da família nuclear anglo-saxã. A justaposição do título e da imagem produz a sensação (sem dúvida intencional) de que esse núcleo é a célula matriz da sociedade.

As duas primeiras coletâneas sobre Antropologia e a mulher também foram concebidas no início da década de 70: *Women, Culture and Society* (1974) e *Toward an Anthropology of Women* (1975). Para fins comparativos, gostaria de centrar essa parte de minha análise no segundo volume, organizado por Rayna Reiter, que assume uma postura combativa desde a primeira frase da introdução (“Esse livro tem suas raízes no movimento de mulheres”), e que inclui na bibliografia as grandes obras feministas da mesma década: aquelas, por exemplo, de Juliett Mitchell e Shulamith Firestone. O teor assumidamente político não é a única diferença entre esse volume e o livro de Goody. Enquanto doze dos catorze artigos no clássico organizado por Goody são escritos por autores homens, o livro de Reiter inclui exclusivamente mulheres, boa parte delas jovens pesquisadoras – doutorandas ou recém-doutoras<sup>10</sup> (fato devidamente informado nos resumos biográficos inseridos nas primeiras páginas da obra). Com a exceção de uma arquiteta, todas são antropólogas, a maioria de Michigan ou da região nova-

iorquina, refletindo a trajetória da organizadora. Na pequena (provavelmente auto-)descrição de cada autora, constam detalhes interessantes. A doutoranda Slocum, por exemplo, acha relevante mencionar que trabalhou como dançarina de strip-tease. Muitas das autoras frisam que têm longa experiência no ativismo feminista (Rubin, por exemplo, declara que “já sobreviveu a muitas gerações de política feminista”). E, em coerência com o desejo de “resgatar”, ou “tornar visível”, a figura feminina nos estudos etnográficos, todas citam experiência em pesquisa sobre algum grupo de mulheres. Mulheres aborígenes, mulheres iroquesas, francesas, nigerianas ou chinesas – a mulher enquanto objeto empírico, em toda a sua diversidade, é devidamente retratada nas mini-fotos da capa.

O quê estou tentando demonstrar com essa comparação? Certamente *não* estou sugerindo que Goody, de alguma forma, falhou ou agiu de forma politicamente repreensível, por não ter produzido uma coletânea no estilo daquela de Reiter. Os dois volumes têm propostas absolutamente diversas... tão diversas que se pode até perguntar para que serve a comparação. Mas a diferença radical entre os dois volumes serve justamente para reforçar a nossa admiração diante da convergência que houve depois. Se olharmos, por exemplo, para o estilo e o tom de *Relative Values*, consequência de uma conferência Wenner-Gren (“Novas direções no estudo de parentesco”), realizada em 1998, vemos um volume de grande peso – de certa forma, a nova bíblia de estudos de parentesco – absolutamente invadido por pesquisadoras feministas. No entanto, o volume não é simplesmente uma reedição das preocupações feministas da década de 70. O desenho da capa, paródia da noção convencional de família, sugere o quanto o campo caminhou desde *Toward an Anthropology of Women*. Trata-se de um bizarro retrato de família pelo artista mexicano Julio Galán, revelando o que parece ser um casal de gato (mãe) e cachorro (pai), atrás da figura de um menino humano. As três figuras estão de pé, seus corpos imobilizados por causa dos panos que, em estilo de múmia egípcia, os encasulam. As suas diferentes personalidades aparecem apenas nas cabeças, essas sim, preservadas e com olhar penetrante.

Nesse volume, exploram-se de forma crítica, e em etnografias detalhadas, os diferentes idiomas de conexão (*relatedness*): como fica a “relação consangüíneo” quando se trata da transfusão de sangue entre branco e negro no Sul dos Estados Unidos? O que acontece com a linguagem de pertença familiar (fulano “parece-se

com" o seu pai) em casos de adoção internacional quando pais brancos têm filhos africanos e asiáticos, de aparência completamente diferente da sua? Qual a ordem genealógica (supostamente inexorável) de gerações quando uma mulher resolve doar os seus óvulos para a própria mãe – esta, determinada a ter mais um filho com o seu novo companheiro? Qual o grau de parentesco entre diferentes portadores de doenças genéticas – estes parecendo em certos aspectos ter mais "biologia" em comum entre eles do que com seus pais? O que significa um "retrato de família" divulgado mundialmente que mostra a filha "milagre" da "mais velha mãe da Holanda", carregada nos ombros do ginecologista italiano que realizou essa façanha tecnológica? Artigos que colocam essas perguntas se intercalam com outros sobre linhagens de cientistas, sobre genealogias e vida artificial que emergem do hiper-texto, sobre comunas chinesas, avós e netos franceses e assim por diante... Tal como o pintor da capa, os colaboradores brincam de forma irreverente com a noção de família e, no processo, conduzem o leitor a territórios inesperados.

O que aconteceu, nos trinta anos que separam a primeira e segunda onda de coletâneas? Por onde andaram a antropologia do parentesco e a antropologia da mulher? Como dois campos de pesquisa tão diversos, e que começaram com propósitos e estilos tão diferentes, interagiram ao longo das últimas três décadas, engendrando esse novo estilo de fazer antropologia, essas novas maneiras de pensar parentesco?

### O suposto silêncio

Ao que tudo indica, durante o famoso "período de silêncio", algo estava acontecendo. Um primeiro "algo" a ser considerado aqui é a Conferência Wenner-Gren que se realizou em Bellagio (Itália) em 1982. O título da conferência já diz tudo: "Feminismo e Teoria de parentesco". De forma significativa, a lista de convidados inclui, além de alguns homens da escola clássica (Bloch, Goody, Smith), um grande número de mulheres com interesses feministas: Sylvia Yanagisako, Jane Collier e Michelle Rosaldo<sup>11</sup> (as organizadoras), Verena Stolcke, Annette Weiner, Harriet Whitehead, Rayna Rapp... e, dessa vez, Marilyn em vez de Andrew Strathern.

David Schneider, excluído da coletânea de Goody, tampouco participou da Conferência Wenner-Gren. O seu primeiro grande livro, *American Kinship: A Cultural Account*, já tinha saído em 1968,

trazendo a proposta ousada de analisar o “parentesco americano” (com a sua ênfase em sexo e biologia) não como o cume da civilização, e muito menos como um dado da natureza, mas, antes, como um determinado sistema de normas e valores. Porém, podemos supor que, no início dos anos 70, esse tipo de trabalho ainda destoava do *mainstream*<sup>12</sup>.

Entretanto, de ausência conspícua no livro de Goody, Schneider virou eminência parda na Conferência de Wenner-Gren onde, particularmente entre as pesquisadoras feministas, ele já gozava de uma recepção calorosa. Antes da Conferência Wenner-Gren, Schneider já havia travado um debate acadêmico com Sylvia Yanagisako (1978), que estudava noções de parentesco entre japoneses nos Estados Unidos (imigrantes de primeira e segunda geração), tanto como Marilyn Strathern, que, deslocando-se da Melanésia para Europa, atacava diretamente o “cerne” do parentesco branco e hegemônico na Inglaterra (*Kinship at the Core*, 1981). Sugiro que, entre esses três antropólogos – em Chicago, Stanford, e Manchester<sup>13</sup> –, a partir de uma afinidade intelectual surgiu uma coalizão estratégica que resultou num dos grandes movimentos teóricos da disciplina: a “transpolinização” de idéias entre os campos de gênero e parentesco.

A idéia comum, que veio a ser consagrada no livro de Schneider *Critique of the Study of Kinship* (1984), era a de que o próprio conceito de parentesco, calcado em símbolos de sexo e sangue, era produto do etnocentrismo ocidental. Ao sugerir que os cientistas sociais projetavam os valores de sua própria sociedade para categorias supostamente universais de análise, Schneider apertou no botão “pausa” da agenda científica. A grande maioria dos analistas atribui o “início do fim” de parentesco a esse gênio truculento e a ele apenas... mas não podemos deixar de reconhecer que as feministas, na sua rejeição da mulher universal, já estavam “desnaturalizando” tudo o que era tido como “natural” (MacCormack e Strathern 1980). Será por acaso que o primeiro subitem na pauta daquela conferência de 1982 foi “Desconstruindo a [teoria da] descendência pela análise do gênero” (ver Tsing e Yanagisako 1983)?

Para entender o quanto esse período representa um salto (para não dizer reviravolta) no pensamento das próprias pesquisadoras feministas, recuamos dez anos para o início dos anos 70, quando Michelle Rosaldo, junto com uma série de colegas,

ministrou um seminário na Universidade Stanford sobre “As mulheres sob a perspectiva de uma transcultura”.<sup>14</sup> Foi essa experiência que deu origem, alguns anos mais tarde, ao volume organizado por Rosaldo e Louise Lamphere (as duas formadas em Harvard), *Woman, culture and society* (1974). É irônico que esse livro, descrito como “um começo” pelos seus organizadores, contendo idéias que em muito pouco tempo seriam radicalmente revisadas pelas próprias autoras, tenha tido um impacto tão duradouro. Foi editado em português menos de cinco anos depois da publicação nos EUA, e hoje – provavelmente porque não houve tradução de outras coletâneas – continua sendo, em muitas pesquisas brasileiras, a obra norte-americana mais citada sobre a antropologia da mulher.

A tremenda popularidade dessa obra é devida, sem dúvida, a sua ressonância entre os adeptos de uma vertente da causa feminista. As organizadoras do volume, sob inspiração de Simone de Beauvoir, vêem a subordinação feminina como um universal e, com um evidente intuito revolucionário, recorrem a dados etnográficos para procurar entender as causas dessa subordinação. As análises transculturais de Ortner e Rosaldo sobre as dicotomias de (respectivamente) natureza/cultura e doméstico/público, assim como o artigo de Chodorow sobre a subjetividade feminina, já esboçavam os primeiros passos na direção de uma análise simbólica das relações de gênero (sofisticando a exegese feminista de ideologias sexistas). Porém, ainda não visavam romper com certos pressupostos do campo acadêmico tradicional. Apresentando-se como afiliadas aos “desenvolvimentos teóricos mais recentes da disciplina” (representados por autores tais como Leach, Firth e Lévy-Strauss), reivindicavam um lugar mais central para “a mulher” dentro das análises antropológicas. Apesar de rejeitar qualquer idéia de inferioridade biológica ou genética da mulher, essas autoras ainda localizavam a causa da inferioridade feminina (axiomaticamente) universal na desvalorização das esferas e atividades que eram *naturalmente* ligadas à mulher pelo fato de ela parir e amamentar crianças.

As mudanças que ocorriam na disciplina no final dos anos 70 eram dramáticas. Antropólogos estavam sendo expulsos de seus territórios tradicionais pelas guerras anti-colonialistas e, ao se ver “repatriada”, a Antropologia passava por profundas alterações. Até então, havia um entendimento implícito na disciplina de que a noção de parentesco (com a sua complexa “álgebra” que descrevia com maior ou menor precisão as

relações sexuais e consanguíneas de um povo) era mais adequada para sociedades tribais, enquanto que “a família” era o termo mais relevante no estudo de sociedades complexas. A repatriação da antropologia modificou radicalmente essa divisão do mundo (e da ciência) entre “nós” e “eles”. Até esse momento, os analistas de parentesco preferiam povos tribais (na Oceania, África, América Latina) ou populações “atrasadas” (camponeses, minorias étnicas...) da Europa e da América do Norte. Yanagisako (1978) e Strathern (1981) estavam agora seguindo o exemplo de Schneider (1968), pensando parentesco nas suas próprias sociedades. Vemos nessa época, pela primeira vez, as organizadoras de uma coletânea sobre parentesco (Ortner e Whitehead, 1981) fazerem uma autocrítica devido ao fato do volume não contemplar um número maior de artigos sobre sociedades complexas. Mas voltar o olhar examinador na direção da própria sociedade implicava em muito mais do que incluir “o sistema ocidental” (ou anglo-saxão) de parentesco entre os objetos de estudo. Eram justamente as noções desse sistema que tinham sido universalizadas nas análises científicas até então. Tomar o parentesco dos próprios pesquisadores como objeto de estudo implicava portanto em repensar os termos da ciência acadêmica.

Assim, já antes do livro seminal de Schneider (1984) sobre parentesco nos estudos antropológicos, MacCormack e Strathern ofereciam ao público uma reflexão sobre a *tradição intelectual dos próprios pesquisadores*, visando pôr em perspectiva “a maneira como antropólogos (...) usaram os conceitos de natureza e cultura na exegese do simbolismo de gênero entre outros povos” (1980: vii). Se certos analistas já questionavam a universalidade da associação de homens e cultura em oposição a mulheres e natureza, agora havia aqueles que questionavam, de forma ainda mais radical, a própria oposição entre cultura e natureza. Estranhar essa dicotomia, sugerir que, em vez de se tratar de uma classificação binária empiricamente verificável em todas as sociedades do mundo, representa, antes, uma visão particular de mundo, típica da sociedade ocidental, pode parecer uma agenda modesta de pesquisa. No entanto, tal perspectiva provocou uma revolução na reflexão antropológica, uma espécie de “bomba” intelectual que acabou ressoando muito para além dos estudos de gênero.

Aos poucos, revelou-se um paradoxo incômodo nos estudos “da mulher” – o fato de que, não obstante a rejeição do determinismo biológico, qualquer construção transcultural “da mulher” tomava como pressuposto a relevância em todas as sociedades da diferença

biológica. Assim, as mesmas autoras que, em 1974, estavam procurando explicações universais para a subordinação “da mulher”, cinco anos mais tarde repensavam o próprio pressuposto de subordinação universal. Ortner e Whitehead (1981), no volume *Sexual Meanings*, tecem uma crítica explícita à teoria psicológica com suas premissas fundamentadas na biologia (*biologically-grounded psychological theory*), responsável (segundo elas) pelo viés naturalista que assombrou até então os estudos de sexo e gênero. Evitam os debates sobre papéis sexuais, assim como aqueles sobre dominação masculina/subordinação feminina, considerando essas pistas analíticas pouco úteis. Agora, numa perspectiva da Antropologia hermenêutica, propõem explorar as variadas estruturas simbólicas de hierarquia e prestígio associadas ao sexo (erótico e de gênero), considerado antes de tudo como um “símbolo ou sistema de símbolos com significados culturalmente variáveis” (1981: ix).

A rejeição de pressupostos transculturais ficou ainda mais clara no artigo publicado em 1982 pelo trio de Stanford, Collier, Rosaldo e Yanagisako: “*Is there a family? New anthropological views*” (in: Thorne e Yalom 1992).<sup>15</sup> Neste artigo, as autoras lamentam o fato de que, na área de família e parentesco, pesquisadores tenham descartado, junto com o evolucionismo, elementos interessantes da análise engeliana – a saber, o caráter histórico e contextual das diversas formas familiares. Pior, que tenham abandonado a investigação histórica das *diferentes* formas familiares para se aproximar de um funcionalismo malinowskiano apoiado implicitamente numa essência transcultural da família e remetido, no fundo, a características biológicas de cada sexo.

Sem dúvida, Michelle Rosaldo foi a mais clara quanto à volta-face que ela mesma vivenciou na sua maneira de pensar. Em um artigo publicado em 1980 na revista *Signs*, já incorpora autores tais como Schneider, Haraway e Yanagisako para rever elementos de sua reflexão anterior. Depois de resumir longamente os artigos da coletânea que ela mesma organizou, *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*, Rosaldo desabafa:

...eu agora acredito que gênero não é um fato unitário determinado em todos os lugares pelos mesmos tipos de preocupações, mas antes um produto complexo de uma variedade de forças sociais. As mais sérias objeções à minha descrição de 1974 têm demonstrado – com razão, eu acho –

que o “status da mulher” não é uma, mas, sim, muitas coisas; as várias medidas do lugar da mulher não parecem ter correspondência entre elas; e poucas destas parecem ser relacionadas com uma “causa” isolável (1995 [1980]: 23).

Em poucas palavras, Rosaldo acaba com “a mulher universal”, colocando implicitamente em questão boa parte dos estudos feministas realizados até então. Dedicada à memória de Michelle Rosaldo, o livro *Gender and Kinship: Essays Toward a Unified Analysis* (Collier e Yanagisako 1987)<sup>16</sup> leva adiante o programa que esta antropóloga esboçou em 1980. Os colaboradores da coletânea mostram como, questionada a universalidade da mulher, também cai por terra a relação invariável mãe-filhos, assim como as dicotomias que subscrevem a análise de parentesco desde as suas origens: as que opõem as esferas doméstica e pública (político-jural), natural e cultural, e reprodutiva e produtiva. O questionamento das categorias naturalizadas da “esfera feminina” não se circunscreve à pesquisa feminista. Ruída essa pedra angular, cede todo o edifício da ciência social. No colapso dessa casa de cartas, não é surpreendente que outra distinção deixa de fazer sentido – aquela que separa parentesco de gênero em dois domínios acadêmicos. Assim se explica o apelo de Collier e Yanagisako por uma “teoria unificada de análise” para o estudo de ambos os temas: “o que tem sido concebido como dois campos distintos de pesquisa constituem um só campo que não conseguiu se livrar de noções [folk] sobre diferenças naturais entre pessoas” (1987: 15).

Ao considerar *Gender and Kinship*, torna-se evidente que a ambição das feministas cresceu muito desde a sua proposta original. Lembramos que, nos primórdios da antropologia clássica, justamente quando o parentesco declarava encontrar-se no âmago de qualquer reflexão mais consistente da disciplina, as considerações de gênero eram absolutamente secundárias. Por conseguinte, na década de 70, a primeira geração de auto-declaradas “antropólogas feministas”, ao denunciar o androcentrismo das etnografias clássicas, apontavam para a ausência de mulheres nesses textos ou, de fato, de qualquer problematização sobre questões de gênero. O seu programa de estudos visava “resgatar” ou “restituir a visibilidade” das mulheres na descrição das sociedades consideradas. Ainda não era o momento de reivindicar, através da perspectiva feminista, uma revolução epistemológica da disciplina. No fim dos

anos 80, as pesquisadoras feministas já não se contentavam em simplesmente ampliar as páginas sobre a mulher na grande enciclopédia da humanidade. Agora, traziam novos estilos, novos sistemas de classificação, e uma nova visão da própria ciência, numa proposta articulada de reescrever, de cabo a rabo, a enciclopédia inteira.

\* \* \* \* \*

De fato, vemos hoje que as feministas foram bem além de Schneider na desconstrução das bases biológicas da natureza (ver, em particular, Strathern 1992<sup>a</sup>). Se ainda existem antropólogos afirmando que “afinal, a mulher tem útero”, existe um consenso majoritário (eu diria) na disciplina no sentido de que a noção de natureza é tão socialmente construída quanto qualquer outro tropo de nossa realidade. A rejeição de universais nessa linha é tão radical que sobram críticas até para antigos aliados tais como Simone de Beauvoir, Lévy-Strauss (McKinnon 2001) e o próprio Schneider (Franklin 2001).

No campo de parentesco, forças opositoras podem objetar: “Mas sem biologia – sem reconhecer o sangue e a genética como fundamento dessas relações primárias –, como podemos falar de parentesco?”. E a resposta varia. Há aquelas antropólogas que lembram que rejeitar o uso de determinada categoria não implica eliminar todos os fenômenos que antes caíam nessa rubrica de nossa agenda de pesquisa. Assim, por exemplo, estudam relações entre pais e filhos ou ideologias de paternidade, etc., mas sem jamais supor que estes temas se restrinjam nem que sejam explicados por um domínio analítico isolado, chamado “parentesco” (Yanagisako e Delaney 1995: 12). Há outras que dizem que devemos estudar parentesco principalmente para não repetir os erros do passado, para não permitir que o senso comum invada mais uma vez o campo, impondo visões naturalizadas e moralistas da família humana (Weston 2001). Todas, no entanto, concordam na rejeição do parentesco como um domínio particular de estudos. Reconhecem que é infrutífero estudar o parentesco (seja qual for a definição) sem se emaranhar na realidade complexa que envolve a análise de dinâmicas tradicionalmente relegadas às áreas de economia, política, religião, ciência e tecnologia. Enfim, a nova agenda de pesquisas não abre mão do estudo de significados, redes e relações que interessavam os antropólogos clássicos, mas traz novas indagações

que exigem a ampliação do enfoque para as variadas formas de conexão, conforme as visões nativas.

Aos novos rumos de análise, podem surgir objeções também do lado feminista. A sofisticação teórica das pesquisas feministas não estaria afastando as pesquisadoras do campo de ativismo onde a “mulher universal” parece ser mote de bom número de estratégias políticas (ver Strathern 1988)? A essa acusação, as antropólogas discutidas aqui responderiam: insistir nas particularidades do contexto político e cultural não anula a questão de desigualdade. Muito pelo contrário. As noções de hierarquia, autoridade e repressão continuam centrais, mas não como *a priori*. Agora, são condições que exigem explicação. De forma significativa, Rosaldo conclui o seu último artigo discorrendo sobre esse tema:

O que os cientistas sociais tradicionais não conseguiram compreender (...) é que as assimetrias sexuais são tão sociais quanto os papéis dos caçadores ou dos capitalistas, e que elas aparecem em muitos fatos tais como racismo e classes sociais (...). A tarefa crucial que surge para as pesquisadoras feministas não é [como antigamente] a de documentar o penetrante sexismo enquanto fato social. [É, antes, enfrentar] o desafio de descobrir novas maneiras de associar os pormenores das vidas, atividades e objetivos das mulheres a desigualdades, onde quer que elas existam” (1980/1995: 36).

De fato, ao abandonar a noção da “eterna mulher”, as antropólogas feministas não se afastaram da política. Pelo contrário, levaram as suas inquietações políticas para o campo de parentesco, situando as relações de poder – desigualdade e mecanismos de repressão – no centro desse campo de estudos (ver, por exemplo, Yanagisako e Delaney 1995). Contudo, quer sejam centradas na crítica da própria ciência e suas categorias de conhecimento (Haraway 1989, 1991, Strathern 1992b), quer se concentrem no exame “microfísico” das relações de força entre indivíduos de status desigual (ver, por exemplo, Ragone 1994, Modell 1998, Rapp 2000), as novas perspectivas analíticas parecem todas acatar em maior ou menor grau os três elementos do programa analítico avançado por Collier e Yanagisako:

Para nos livrar daquelas dicotomias analíticas constantemente reinventadas, [mas sempre] arraigadas [na

convicção] de diferenças naturais entre as pessoas, propomos um programa específico para a análise de totalidades sociais (*social wholes*). Nossa abordagem (...) envolve a explicação de significados culturais, a construção de modelos da relação dialética entre práticas e idéias na constituição de desigualdades sociais e a análise histórica de continuidades e mudanças (1987: 7-8).

A grande ironia, é claro, é que esse programa não fala especificamente nem de mulher, nem de parentesco. Contudo, podemos ler nas entrelinhas a longa caminhada que levou a esse ponto: o esgotamento do paradigma clássico e a intenção de forjar uma nova abordagem que, ao mesmo tempo que dê conta da sofisticação teórica das últimas décadas, aprofunda a nossa compreensão de fenômenos classicamente ligados a esses temas: gênero e parentesco.

### Reflexões finais

É significativo – frente a tanta reflexão no campo feminista – que muitos autores continuem a dar a impressão de que não houve “nada” produzido sobre parentesco durante quase trinta anos. É evidente que a suposta lacuna envolve certo artifício retórico, usado por autores que desejam pôr em relevo a importância inovadora de seu próprio trabalho. Schweitzer (2000: xix), por exemplo, apresenta a coletânea que organizou como “o primeiro volume sobre parentesco” da *European Association of Social Anthropologists* (EASA). Para tanto, frisa que, nas primeiras reuniões anuais da associação (1990 e 1992), havia uma ausência conspícua de grupos de trabalho sobre temas relacionados a parentesco. A sua afirmação, à primeira vista bastante convincente, perde rapidamente impacto quando olhamos para as diversas oficinas organizadas naqueles anos sobre corpo e gênero. Mais estranho ainda é Schweitzer omitir menção da coletânea organizada por Tereza de Valle (1993), com artigos apresentados justamente nesses primeiros anos da EASA sobre – além de corpo e gênero – diversos temas diretamente ligados ao campo clássico de parentesco<sup>17</sup>. Será que o título do volume, *Gendered Anthropology*, justifica essa omissão?

A antropóloga feminista, e ex-presidente da *American Anthropological Association*, Louise Lamphere, levanta uma voz dissonante em relação à grande narrativa sobre o declínio e

ressurgimento do parentesco. Reconhece que houve uma série de eventos no final da década de 90 que aparentemente marcam um novo interesse pelo tema (a conferência Wenner-Gren “*New Directions in Kinship Study*”, de 1998, e, no mesmo ano, dois painéis na AAA sobre a teoria de parentesco, além de outros tantos sobre reprodução, gênero, família...). No entanto, lembrando o quanto ela, como muitas de suas colegas, estavam pesquisando e publicando durante os anos 80 e 90, ela sugere que o suposto silêncio foi de fato ruidoso, e que

O que parece, à primeira vista, como o “ressurgimento do parentesco” é o resultado, antes de tudo, da maior legitimidade (...) que a pesquisa feminista angariou (2001: 27)<sup>18</sup>.

A agenda de trabalho dos estudantes de parentesco chegou longe desde as inquietações canônicas resumidas por Fox – e a pesquisa feminista, sem dúvida, foi responsável por boa parte dessa caminhada. Na linguagem inevitavelmente simplista de metáfora, poderíamos dizer que a derrubada do muro conceitual entre as esferas doméstica e pública permitiu que o campo de parentesco (mais clássico, mais masculino) fosse invadido por pesquisadores de gênero (mulheres, na sua grande maioria), tornando quase irreconhecível o território em disputa. Desconfiamos, contudo, de que tal visão, quase ufanista, sobre a lenta ascendência da teoria feminista nos estudos de parentesco deixa de fora muita coisa. Clama por outros comentadores, menos apressados, que mergulharão nos aspectos sombrios da história: as lutas entre as próprias antropólogas feministas, as vozes silenciadas e as limitações deste novo paradigma hegemônico, reflexo, em grande medida, de *power politics* na arena acadêmica. Carece também de uma voz que lembre que a evolução de idéias esboçada aqui faz parte de uma revolução geral na filosofia da ciência que, nesses últimos trinta anos, deixou a sua marca em praticamente todas as disciplinas. Entretanto, como deixei claro no início desse artigo, não é minha intenção contar, nesse curto espaço, a história dos estudos de parentesco. Creio que, por enquanto, serve como provocação adequada visar, num espírito iconoclasta, a narrativa amplamente divulgada sobre “as décadas de silêncio”. Repensar esse suposto silêncio é apontar, justamente, para a relação da produção feminista com a ciência tradicional, implicando num

rearranjo de categorias analíticas que não somente lança uma nova luz sobre o passado mas também (oxalá) ajuda a formular uma agenda frutífera para estudos no futuro.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Heloísa B.; Costa, Rosely G.; Ramirez, Martha C. e Souza, Erica R. de (orgs.). 2003. *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista, Coleção Estudos CDAPH.
- BARROSO, Carmen e Sonia Correa. 1995. "Public servants, professionals, and feminists: the politics of contraceptive research in Brazil". In: Faye Ginsburg e Rayna Rapp (orgs.) *Conceiving the new world order: the global politics of reproduction*. Berkeley: University of California Press.
- BUTLER, Judith. 2003. "Is kinship always already heterosexual?" *Cadernos Pagu* 21: 219-260.
- CARSTEN, Janet. 2000. *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COLLARD, Chantal. 2000. "Kinship studies" au tournant du siècle. *L'Homme* 154-155: 635-658.
- COLLIER, Jane, Michelle ROSALDO e Sylvia YANAGISAKO. 1992. "Is there a family: new anthropological views." In: B. Thorne e M. Yalom (orgs.) *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern Univ. Press.
- COLLIER, Jane F. e Sylvia J. YANAGISAKO. 1987. *Gender and kinship: essays toward a unified analysis*. Stanford: Stanford University Press.
- FOX, Robin. 1986. *Parentesco e casamento: uma perspectiva antropológica*. Lisboa: Veja. [1967. *Kinship and marriage: an anthropological perspective*. Harmonds-worth, UK: Penguin.]
- FRANKLIN, Sarah e Susan McKinnon. 2001. *Relative values: reconfiguring kinship studies*. Durham & London: Duke University Press.
- FRANKLIN, Sarah. 2001. "Biologization revisited: kinship theory in the context of the new biologies". In: Sarah Franklin and Susan McKinnon (orgs.) *Relative Values: reconfiguring kinship studies*. Durham: Duke University Press.
- GINSBURG, Faye e Rayna RAPP. 1995. "Introduction." In *Conceiving the New World Order*. Berkeley: Univ. of California Press.
- GOODY, Jack (org.). 1973. *The character of kinship*. Cambridge: University of Cambridge Press.
- HARAWAY, Donna. 1978. "Animal sociology and a natural economy of the body politic". *Signs* 4(1): 21-60.
- HARAWAY, Donna. 1989. *Primate visions: gender, race and nature in the world of modern science*. New York: Routledge.
- \_\_\_\_\_. 1991. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. New York: Routledge.
- HARRIS, Grace. 1973. "Furies, witches and mothers". In: Jack Goody (org.) *The character of kinship*. Cambridge: University of Cambridge Press.
- HAUTANIEMI, Petri. 2000. "Connecting genes - building families: DNA testing in Somali family reunion." Trabalho apresentado no EASA Workshop, *Human Agency and Kinship, New Paradigms*, Copenhaga (Dinamarca), August, 2002.
- HUTCHINSON, Sharon Elaine. 2000. "Identity and substance: the broadening bases of relatedness among the Nuer of southern Sudan". In: J. Carsten (org.) *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge: Cambridge University Press.

- KAHN, Susan. 2000. *Producing jews: a cultural account of assisted conception in Israel*. Duke University.
- LAMPHERE, Louise. 2001. "Whatever happened to kinship studies? Reflections of a feminist anthropologist". In: L. Stone (org.) *New directions in anthropological kinship*. New York: Rowman & Littlefield Pbs.
- MACCORMACK, Carolyn e STRATHERN, Marilyn (eds.). 1980. *Nature, culture and gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MATHIEU, Nicole-Claude. 1973. "Homme-culture et femme-nature?". *L'Homme* 13: 101-141.
- MAYNES, Mary Jo et al. 1996. *Gender, kinship, power*. New York: Routledge.
- McKINNON, Susan. 2001. "The economies in kinship and the paternity of culture: origin stories in kinship theory." In: Franklin, S. e McKinnon, S. (eds.) *Relative values: reconfiguring kinship studies* Durham & London: Duke University Press.
- MODELL, Judith. 1998. "Rights to the children: foster care and social reproduction in Hawaii". In: Franklin, S. e Ragone, H. (eds.) *Reproducing reproduction: Kinship, power, and technological innovation*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- ORTNER, Sherry e WHITEHEAD, Harriet. 1981. *Sexual meanings: the cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam (orgs.). 1998. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres.
- PELETZ, Michael. 1995. "Kinship studies in late twentieth-century anthropology". *Annual Review of Anthropology* 24: 343-372.
- RAGONE, Helen. 1994. *Surrogate motherhood: conception in the heart*. Boulder: Westview Press.
- RAPP, Rayna. 1992. "Family and class in contemporary America: notes toward an understanding of ideology". In: B. Thorn e M. Yalom (orgs.) *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern Univ. Press.
- \_\_\_\_\_. 2000. *Testing women, testing the fetus: the social impact of amniocentesis in America*. New York: Routledge.
- REITER, Rayna (org.). 1975. *Toward an anthropology of women*. New York: Monthly Review Press.
- ROSALDO, Michelle. 1995. "O uso e abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos* n.1. [1980. "The use and abuse of anthropology: reflections on feminism and cross-cultural understanding". *Signs: Journal of women in culture and society* 5(3): 389-417.]
- RUBIN, Gayle. 1975. "The traffic in women: notes on the "political economy" of Sex. In: R. Reiter (org.) *Toward an anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press.
- SCHNEIDER, David. 1968. *American kinship: a cultural account*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- SCHNEIDER, David. 1984. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor: Univ. of Michigan Press.
- \_\_\_\_\_. 1995. *Schneider on Schneider*. Durham: Duke University Press.
- SCHNEIDER, David e SMITH, Ramond. 1973. *Class Differences and Sex Roles in American Kinship and Family Structure* Englewood Cliffs, N.J: Prentice-Hall.
- SCHWEITZER, Peter. 2000. *Dividends of kinship: meaning and uses of social relatedness*. London and New York: Routledge.
- SEGALEN, Martine e ZONABEND, Françoise. 1986. "Familles en France". In *Histoire de la famille, vol.3: Le choc des modernités*. Paris: Armand Colin.
- STONE, Linda. 2000. *New Directions in Anthropological Kinship*. Boston: Rowman and Littlefield.

- STRATHERN, Marilyn. 1981. *Kinship at the core: an anthropology of Elmdon, Essex*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. 1992a. *After nature: English kinship in the late twentieth century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_\_\_. 1992b. *Reproducing the future: Anthropology, kinship, and the new reproductive technologies*. New York: Routledge.
- THORNE, Barrie e YALOM, Marilyn (orgs.). 1992 [1982] *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern Univ. Press.
- TSING, Anna Lowenhaupt e YANAGISAKO, Sylvia Junko. 1983. "Feminism and kinship theory". *Current Anthropology* 24(4): 511-516.
- YANAGISAKO, Sylvia. 1978. "Variance in American Kinship: Implications for Cultural Analysis." *American Ethnologist*, volume 5: 15-29.
- YANAGISAKO, Sylvia e DELANEY, Carol. 1995. "Naturalizing power". In: Yanagisako, S. e Delaney, C. (orgs.) *Naturalizing power: essays in feminist cultural analysis*. New York: Routledge.
- VALLE, Teresa del. 1993. *Gendered Anthropology*. London: Routledge.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1995. *Antropologia do parentesco: estudos ameríndios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- WESTON, Kath. 2001. "Kinship, controversy, and the sharing of substance". In: Franklin e McKinnon (eds.) *Relative values: reconfiguring kinship studies*. Durham & London: Duke University Press.
- WHITE, Jenny. 2000. "Kinship, reciprocity and the world market." In: P. Schweitzer. (org.), *Dividends of kinship: meaning and uses of social relatedness* London and New York: Routledge.

## Notas

<sup>1</sup> Embora homens possam ser (e, frequentemente, são) de uma orientação teórica feminista, a maioria esmagadora de pesquisadores influentes nesse campo são mulheres. Portanto, neste artigo, falo em geral de pesquisadoras.

<sup>2</sup> A tradução do inglês é da autora, assim como as demais traduções neste artigo de fontes em inglês.

<sup>3</sup> O fosso que separa o parentesco das feministas norte-americanas da versão estruturalista francesa é enorme. Seria, por exemplo, quase impossível encontrar, entre pesquisadoras feministas da linha anglo-saxã, a opinião expressa por Françoise Héritier de que "nenhuma sociedade admite o parentesco homossexual" (apud Butler 2003: 243). Avessas a qualquer pressuposto apriorístico sobre uma "âncora" biológica, as pesquisadoras anglo-saxônicas poriam em questão a própria possibilidade de tirar conclusões transculturais dessa natureza. Qual seria a noção nativa de parentesco em cada uma dessas sociedades? Será que todos os povos têm um mesmo entendimento sobre o que é "homossexual"?

<sup>4</sup> Antes mesmo do golpe dado por G. Rubin (1975) à "heterossexualidade compulsória" dos modelos estruturalistas, Mathieu (1973) já contestava o caráter eurocêntrico do binômio natureza/cultura.

<sup>5</sup> O volume, resultado de um seminário (*Matrilineality and Patrilineality in Comparative and Historical Perspective*) realizado na University of Minneapolis em 1992, traz contribuições de Parry Scott e Eni Samara.

<sup>6</sup> Não deixa de ser significativo que Butler, na própria orelha de *Relative Values*, fornece um endosso entusiástico às pesquisas antropológicas feministas, além de dar destaque para estas em artigos recentes (Butler 2003).

<sup>7</sup> Não é sem interesse a maneira como essas pesquisadoras denominam o seu campo: antropologia da reprodução. Com esse termo, elas conseguem incluir diversas formas de reprodução, colocando a procriação sexuada dentro de um contexto político e social amplo, ao mesmo tempo que – com essa temática – permanecem perto do tema, “mulher”.

<sup>8</sup> Refere-se aqui ao artigo por Carmem Barroso e Sonia Correa (1995).

<sup>9</sup> Certamente existem muitos outros centros de Antropologia no Brasil em que se desenvolvem importantes pesquisas sobre gênero, muitas vezes vinculando esse tema com sexualidade e saúde (UERJ, UFRGS, UFPE, entre outros). Citei aqui apenas dois dos centros mais antigos, conhecidos pela combinação particular de antropologia e feminismo.

<sup>12</sup> O peso relativamente pequeno dessas pesquisadoras pode ser medido pelo fato de que apenas uma das colaboradoras, Kathleen Gough, é citada no livro de Goody. Por outro lado, a maioria dos autores publicados no livro de Goody são devidamente citados por elas.

<sup>11</sup> Rosaldo, que participou em toda a organização, faleceu em um acidente de pesquisa de campo antes da realização da Conferência.

<sup>12</sup> Raymond Smith, com quem escreveu *Class Differences and Sex Roles in American Kinship and Family Structure* (1973), foi incluído no volume de Goody, mas foi sem dúvida por causa de seu trabalho na Guiana Britânica.

<sup>13</sup> Schneider, com um doutorado da Universidade de Harvard, permaneceu de 1960 a 1986 na Universidade de Chicago. Em 1986, mudou-se para a Universidade da Califórnia em Santa Cruz, onde ficou até à sua morte, em 1995. Yanagisako recebeu seu doutorado da Universidade de Washington em 1975. Neste ano, passou a lecionar em Stanford (junto a Jane Collier e Michelle Rosaldo), permanecendo nessa universidade até hoje. Marilyn Strathern, com doutorado da Universidade de Cambridge, lecionou na University of Australia, na Universidade da Califórnia em Berkeley e na Universidade de Manchester antes de voltar para Cambridge, onde continua até hoje.

<sup>14</sup> Citação da tradução para português (1979: 13).

<sup>15</sup> A coletânea, *Rethinking the Family: Some Feminist Questions* (Thorne e Yalom 1992), foi editada em 1982, e reeditada, com nova introdução e o acréscimo de alguns capítulos, em 1992. Com artigos sobre famílias negras, lésbicas e pós-modernas, o volume continua sendo de grande relevância hoje.

<sup>16</sup> O livro é resultado da Conferência Wenner-Gren sobre teoria feminista e parentesco organizada em Bellagio em 1982.

<sup>17</sup> Artigos tratam em grande medida de povos tribais (na Ásia, Oceania e Amazônia), e de temas tais como o dualismo na organização social de parentes, a relação (sexuada ou não) entre irmãos e irmãs, as conexões entre as noções de sangue, esperma e alma...

<sup>18</sup> Em um recente boletim da *American Anthropology Association* (*Anthropology News* vol 44, n. 7, October 2003), encontramos clara indicação dessa legitimidade. Dois dos mais importantes prêmios acadêmicos de 2003 foram para antropólogas feministas: Marilyn Strathern ganhou o Viking Fund Medal 2003 da Fundação Wenner-Gren, e Rayna Rapp ganhou o Staley Prize (da School of American Research) para o melhor livro do ano no campo de antropologia (*Testing Women, Testing the Fetus*).

\* Trabalho apresentado no Fórum Especial: Perspectivas Feministas e a Antropologia Contemporânea, organizado por Adriana Piscitelli e Monica Tarducci durante a V Reunião de Antropologia do Mercosul, Florianópolis, 2 de dezembro, 2003.

## Anexo

	<b>Estudos de parentesco clássicos</b>	<b>Antropologia feminista de parentesco</b>	<b>Antropologia feminista</b>
1960s	<b>Schneider</b> *: American Kinship, a cultural account (1968)		
1970s	Goody: The character of kinship (1973)	<b>Strathern</b> * : Women in between (1972) Rosaldo e Lamphere : Women, culture and society (1974)	Reiter: Toward an Anthropology of Women (1975)
	<b>Yanagisako</b> *: "Variance in American kinship: implications for cultural analysis". American Ethnologist (1978)		
		MacCormack e <b>Strathern</b> : Nature, culture, gender (1980)Ortner e Whitehead: Sexual meanings - the cultural construction of gender and sexuality (1980)	
1980s	<b>Strathern</b> * : Kinship at the core - an anthropology of Elmdon Essex (1981)		
	<b>Schneider</b> *: A critique of the study of kinship (1984)	Thorne e Yalom: Rethinking the family - some feminist questions (1982, 1992) Collier e <b>Yanagisako</b> o: Gender and kinship (19987) <b>Strathern</b> : The Gender of the Gift (1988) Haraway*: Primate Visions - Gender, race and nature in the world of modern science (1989)	
	Collier e <b>Yanagisako</b> : Gender and kinship: essays toward a unified analysis (1987)		
1990s		Haraway*: Simians, Cyborgs and Women - The reinvention of nature (1991) Ginsburg e Rapp: Conceiving the New World order - the global politics of reproduction (1995)	
	<b>Strathern</b> *: After Nature (1992) <b>Strathern</b> * : Reproducing the future - essays on anthropology, kinship, and the new reproductive technologies (1992) <b>Yanagisako</b> e Delaney: Naturalizing power - essays in feminist cultural analysis (1995)		
	Peletz: Kinship studies in late twentieth century anthropology (1995) J. Carsten: Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship (2000) P. Schweitzer: Dividends of kinship (2000) L. Stone: New directions in anthropological kinship (2001)		
	S. Franklin e S. McKinnon: Relative values (2001)		

\* Indica autoria de uma pessoa só. Todos os outros títulos são coletâneas.

Destaca-se em negrito os autores mais significativos na transpolinização entre os campos de gênero e parentesco.